

NOSSO TRABALHO NOS SINDICATOS

1. Qualquer tática que definirmos no terreno sindical tem de levar em conta o caráter e o papel dos sindicatos brasileiros, em princípio e na atual conjuntura. Antes de tudo, temos de deixar claro e acima de qualquer dúvida, que os nossos sindicatos foram criados e estruturados pelo Estado burguês-latifundiário para que a classe dominante pudesse controlar e dominar o proletariado. Foram criados e estruturados não como instrumento de luta de classe e sim para evitar essa luta; não para defender os mais elementares interesses econômicos da classe operária e sim como parte do aparelho estatal que serve para dominá-la e oprimi-la.

Criados pelo Estado Novo conforme padrões fascistas italianos e outros, os sindicatos permanecem até hoje com estas mesmas características. A ditadura militar não precisou remodelar sua legislação; herdou a que já estava em vigor, praticamente inalterada pela experiência "democrática" e populista de depois da guerra.

Os sindicatos desempenham esse papel não só em virtude das coações que pesam sobre eles, em forma de estatutos padrões, comissão de enquadramento, tutela financeira, etc., mas, igualmente, em virtude de todo um sistema legislativo da Justiça do Trabalho, dissídios, etc., que visam a neutralizar todos os conflitos entre capital e trabalho, à base de "acordos" e soluções jurídicas. Foi o conjunto desse sistema que, durante mais de uma geração, ajudou a atrasar a formação de uma consciência de classe no proletariado. Mais ainda, impediu que se criasse a forma mais simples de consciência de classe, a consciência sindical do proletariado brasileiro.

2. Não podemos, portanto, falar de sindicatos operários no Brasil em termos convencionais. Não podemos comparar os nossos sindicatos aos dos operários franceses, chilenos ou mesmo americanos, nem encarar nossa atividade neste setor do mesmo modo como o fazem os revolucionários na França, no Chile ou nos Estados Unidos, que enfrentam o problema sindical. Naqueles países, os sindicatos mais reformistas ainda são sindicatos livres. São reformistas porque refletem a situação do proletariado e da sua liderança política, mas são órgãos de classe. Não são órgãos do Estado, nem estão sob seu controle. E esse caráter livre dos sindicatos naqueles países permitirá que eles se transformem em órgãos revolucionários, na medida em que todo o proletariado rompa com a atual política e liderança reformistas. Não podemos, portanto, aplicar na nossa atividade os conceitos comuns que se encontram na literatura marxista sobre trabalho em sindicatos operários livres, inexistentes no país. Temos de escolher uma tática que ajude a destruir a máquina sindical oficial e estatal.

3. Nossa atitude mais clara seria o simples boicote ao sindicalismo oficial e o apelo à formação de sindicatos operários clandestinos. Foi essa a conduta dos bolcheviques em relação aos famosos sindicatos de Zoubatov, formados pelas autoridades de Petersburgo para conservar os operários russos fiéis ao Tzar. Foi essa também a posição dos operários italianos e alemães em relação aos sindicatos fascistas e nazistas. E continua sendo essa a atitude dos revolucionários espanhóis em relação aos sindicatos "verticais". A atitude de boicote, nessas circunstâncias é a mais clara e inequívoca para denunciar o caráter contra-revolucionário do sindicato, embora nem sempre possa evitar que o operário se sindicalize, já que a repressão os obriga freqüentemente a isso. Importante, todavia, é a forma em que o operário entra nesses sindicatos: com ilusões, ou com consciência de classe.

Se não recomendamos essa tática nas nossas condições, no presente momento é, antes de tudo, por paradoxal que possa parecer, devido à falta de uma consciência sindical de nossa classe operária. Nos casos precedentes, que citamos, a reação czarista, fascista ou nazista estava reprimindo e perseguindo violentamente sindicatos operários livres, para substituí-los por oficiais e enquadrados no Estado. Estava pondo as lideranças operárias nas cadeias e impondo funcionários estranhos à classe. Os operários defendiam suas lideranças e seus sindicatos, com os quais eles se identificavam e consideravam como inimigas as novas instituições com seus funcionários.

Esse fenômeno não se daria em nossas condições. Devido ao oportunismo das lideranças das esquerdas, nosso proletariado, há uma geração, não sabe realmente o que são sindicatos

operários, o que são sindicatos livres. Por bem ou por mal identifica sindicalismo com a estrutura existente (o descontentamento das grandes massas se limita ao governo ou ministro do Trabalho) e por esse critério se interessa ou se desinteressa dos sindicatos, sendo que o desinteresse prevalece na maioria. Por essa razão também, um boicote dos sindicatos, no presente momento, não levaria à fundação de sindicatos clandestinos, mas deixaria um vácuo.

Sobre uma coisa, entretanto, temos de ter clareza. Podemos aceitar a alternativa de não boicotar sindicatos oficiais do Estado burguês, porque, ao contrário dos casos acima citados, a reação verde-amarela não conseguiu desenvolver um dinamismo ideológico próprio ao fascismo europeu, o qual dominava a vida sindical. O Ministério do Trabalho proíbe a política nos sindicatos. Ele se limita a proibir porque não tem nada a oferecer nesse terreno.

4. Já que decidimos não boicotar os sindicatos oficiais, temos de definir claramente em que consiste nossa atividade no seio deles. Ao que visa nossa atividade sindical? Quais os meios para atingir os fins?

Fica subentendido que os atuais sindicatos não são instrumentos de luta de classe. Que se tratam de instrumentos da classe dominante no seio do proletariado. Que nossa obrigação é quebrar a presente estrutura sindical.

A primeira tarefa nossa, como revolucionários é, portanto, levar essa luta e esse objetivo para dentro dos sindicatos. Isso significa não só que nós não podemos ter nenhuma ilusão sobre o caráter do sindicato e, portanto, não podemos, em nenhuma circunstância, nos conformar com a presente estrutura sindical, como também que temos de deixar bem clara essa nossa atitude diante da classe operária, a fim de não alimentar ilusões em seu seio e não contribuir para que ela se conforme com a situação, mesmo em caso de vitórias parciais.

Assim, temos que chegar até o limite extremo compatível com a situação, não só para desmascarar as lideranças sindicais, como a própria estrutura, e travar a luta sindical contra o Ministério do Trabalho. Isso exige que toda atividade sindical seja acompanhada por um trabalho educativo, que em toda reivindicação econômica sejam levantadas as implicações e conseqüências políticas. E significa, antes de tudo, que não devemos nos limitar na luta às formas organizatórias que o sindicato hoje oferece. As assembleias sindicais, que podem chegar a ter uma importância excepcional em diversos momentos da luta, não bastam absolutamente para organizar e mobilizar a classe. Temos de criar as organizações de base, como Comitês de Empresas, que ultrapassem a estrutura sindical. Mas, onde houver possibilidades, em certos ramos industriais mais combativos, de criar bases sindicais nas fábricas e Conselhos de Representantes de Fábricas junto às diretorias sindicais (igualmente proibido pelo Estatuto Padrão) nós não devemos menosprezar essas formas de organização.

E aí chegamos ao segundo ponto essencial, que deve orientar nossa atividade neste terreno. Devemos encarar os sindicatos como instrumento para chegar às fábricas. O trabalho sindical não pode ser nunca um fim em si. Só pode ser encarado como meio para atingir um fim, e este é a classe operária reunida nos centros de produção.

Não estamos, entretanto, querendo dizer que encontramos massa nos sindicatos. Ao contrário, o que os caracteriza é o seu alheamento das bases e das fábricas. Devido à tradicional estrutura oficial sindical, mesmo nos áureos tempos da legalidade, a porcentagem dos trabalhadores sindicalizados não ultrapassou 20% do total do proletariado e nem mesmo essa porcentagem tinha vida sindical. Assembleias que reuniam 1 a 2% dos operários já eram tidas como sucesso. Depois do golpe, o desinteresse e a descrença só podiam aumentar. O que nos interessa nos sindicatos são as possibilidades legais que oferecem para chegarmos às fábricas e para servir como pólos de concentração da classe no auge de campanhas ou de crises. Mas, para isso, teremos de cavar o caminho do sindicato para a empresa. A massa, encontramos na fábrica e não nas sedes sindicais.

5. O fato de precisarmos usar os sindicatos para esse fim não nos deve fazer esquecer as limitações que a sua estrutura nos oferece, nem nossa hostilidade fundamental em relação ao sindicalismo oficial em si. Não podemos, de maneira nenhuma, partir de uma tática de aceitar responsabilidades em direções sindicais em qualquer circunstância e em qualquer lugar. Só o devemos fazer quando houver premissas para um trabalho mais conseqüente, isto é, uma

atividade que ultrapasse a atual rotina burocrática, que é um sustentáculo do presente "status quo".

A atividade sindical, assim como a que exercemos no seio do proletariado, deve visar aos mesmos objetivos - a) organizar a classe operária pelas bases e, b) criar lideranças operárias em todos os níveis. De nada adianta mandarmos operários conscientes para diretorias sindicais reacionárias, onde serão minoritários, incapazes de modificar a qualidade de atuação do órgão dirigente e por cima, ainda co-responsáveis pela política peleguista. Em tais casos, em vez de se tornarem líderes da classe, nossos quadros se desgastarão. A decisão de participar de chapas e diretorias tem de ser fruto maduro de uma tática que visa aos nossos objetivos gerais de luta. Não pode ser resultado de atitude pragmática ("é preciso estar junto à massa") ou motivada por vantagens materiais ("no sindicato tem um mimeógrafo e papel"), atitude que seria uma continuação do oportunismo tradicional das esquerdas em relação aos sindicatos e à luta em geral.

Finalmente, não poderemos realizar nenhuma atividade conseqüente na cúpula dos sindicatos, se não criarmos bases, ideológicas e organizatórias, que nos sustentem, entre as massas operárias. Se um quadro nosso aceitar um lugar numa diretoria sem organizar a massa em seguida nos lugares de trabalho, sem mobilizar essa massa contra o Ministério do Trabalho, o governo e o sistema em geral, ele se deixou enquadrar dentro da presente estrutura sindical e do regime vigente.

6. Aproveitar a atual estrutura sindical para uma atividade revolucionária não significa apoiá-la. Isso deve ficar bem claro para uma organização revolucionária. Diretorias sindicais sindicalizam e, freqüentemente, fazem campanhas nesse sentido. Como Partido, não podemos apoiar campanhas de sindicalização para não deixar dúvidas e confundir a massa a respeito de nossa posição diante do sindicalismo oficial e estatal. Não podemos, mesmo nos casos de sindicatos com direções boas e combativas; nem mesmo quando as direções sindicais são nossas. Em tais casos, o problema deve ser deixado nas mãos das referidas diretorias, que saberão resolvê-lo. O objetivo vai ser então o de usar o sindicato para organizar as bases. A nossa atitude, como organização política, frente ao sindicalismo oficial, não pode ser determinado por fatores meramente conjunturais.

7. Entre as medidas que se impõem, há a formação de pactos, públicos ou não, de sindicatos, ou oposições sindicais. Os pactos tomam as formas mais diversas, mas se justificam sempre quando colocam em cheque a política salarial ou econômica do governo. Isso oferece um ponto de partida para campanhas de massas mais conseqüentes. Um exemplo recente foi o MIA que, todavia, revelou toda a fraqueza de uma luta sindical limitada quase totalmente a uma atuação de cúpula, sem nenhum trabalho de base. Mesmo nos lugares onde tomamos a vanguarda dessa luta, a prática mostrou que também não soubemos tirar todas as conseqüências da situação. Ainda estamos discutindo a nossa participação nessa campanha, mas a experiência tem de ser aproveitada para que o Partido se prepare para situações mais radicais.

Outro passo seriam as Oposições Sindicais, que prometem uma atuação sindical mais conseqüente ainda. Tratam-se, geralmente, de grupos minoritários em diversos sindicatos, que tomam contatos para uma atuação comum, inicialmente em escala local. Todavia, não quer dizer que somente minorias ou chapas derrotadas possam participar dessa coligação, pois o sentido não é a oposição de determinadas diretorias e sim a criação de uma oposição organizada contra a presente estrutura sindical. Posição tão conseqüente, geralmente, surge primeiro entre minorias. Mas estas, trabalhando bem, e isso depende em parte de nós, poderão tomar conta de sindicatos e continuar a oposição organizada contra o sistema.

8. A presente tática, aqui proposta, requer de nós a capacidade de julgar realisticamente toda situação que se apresente. Exige que se julgue essa situação, sem perder de vista os objetivos de nossa atitude revolucionária em conjunto, que tem de prevalecer em todas as fases da luta. Não há dúvida que, nas atuais condições, a militância sindical apresenta o perigo de desgaste e desvios, dentro do quadro da ordem existente. Saberemos superar esses perigos se não tomarmos essa "faixa legal", que o sindicalismo apresenta, como um fim em si. Às vezes é preferível provocar intervenções a aceitar uma política sindical dentro dos moldes oficiais prescritos. Mas, tais provas de força têm de ser preparadas pela organização das

bases, pela educação das massas e pela formação de legítimas lideranças operárias. Neste caso, poderemos passar também para o boicote de determinados sindicatos, visto que a conduta das massas permitirá a formação de entidades clandestinas e toda luta sindical será levada ao nível do sindicalismo operário e livre.

9. A luta por sindicatos operários livres deve estar presente em todas as fases da atividade sindical. Não porque achamos possível conquistar esse direito neste momento, mas porque faz parte da educação da classe. O desmascaramento da presente estrutura sindical é uma condição para que se forme a classe operária independente. Isso exige que não nos limitemos à palavra de ordem do "sindicalismo livre" e sim que denunciemos a todo o momento e instante os fatores concretos do "arrocho sindical" — Ministério do Trabalho, Estatuto Padrão, Comissão de Enquadramento, reconhecimento das diretorias pelo Ministério, controle financeiro, etc., para que todo operário reconheça o inimigo e saiba como age. Isso faz parte da formação da consciência de classe do proletariado. Nunca devemos esquecer que a grande maioria do proletariado não sabe como funciona um sindicato operário, nem a diferença existente entre este e um sindicato oficial.

10. Finalmente, não devemos esquecer que a luta no sindicato é apenas um dos terrenos de nossa atuação no meio do proletariado brasileiro. Os sindicatos não abrangem a classe, e no presente momento não podemos nos limitar aos sindicatos sem abandonar a imensa maioria do proletariado, que tem de ser levada à luta. Assim, também, não é aconselhável que o trabalho no meio operário, as Coordenações operárias e órgãos locais orientadores fiquem exclusivamente entregues a quadros sindicais. Estes grupos são inclinados a se fixarem unicamente num dos aspectos da luta operária. Para ter uma visão mais completa, temos de poder contar com mais quadros nas fábricas, aos quais tem de ser dada a necessária formação para influir diretamente nas atitudes e na conduta geral da nossa luta, ao lado dos demais militantes. É a experiência em todos esses setores que contribuirá para tornar mais concreta a tática diária do Partido.

Junho de 1968.

*Redigido por Ernesto Martins para o Ativo Nacional Operário do
Partido Operário Comunista.*